catussaba
REVISTA CIENTÍFICA DA ESCOLA DA SAÚDE
Universidade Potiguar

O ACESSO À GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM ATRAVÉS DAS BOLSAS DE ESTUDO: revisão integrativa da literatura

Iury Firmino Dias • Enfermeiro. Universidade Potiguar. E-mail: iuryg3@gmail.com | **Jonas Alburqueque Oliveira** • Enfermeiro. Professor do departamento de enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professor do curso de enfermagem da Universidade Potiguar (UnP). Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da UFRN. E-mail: jonassamiunp@yahoo.com.br | **Helis Fernanda Vitor** • Enfermeiro. Universidade Potiguar. E-mail: hfernandav@hotmail.com

Envio em: Abril de 2013
Aceite em: Julho de 2013

RESUMO: O Ensino Superior ainda não está aberto a todos os segmentos sociais, contudo, o governo federal tem buscado formas de incluir as novas camadas populacionais nessa modalidade de ensino, visando à diminuição das desigualdades sociais. Objetivo: conhecer a produção científica sobre a inserção dos estudantes nas universidades através de bolsas de estudo. Método: trata-se de estudo de revisão integrativa, com delimitação de período entre 2005 e 2012, em português e inglês, utilizando os seguintes descritores: educação, educação superior, educação em enfermagem, programas governamentais e bolsas de estudo. Utilizaram-se eixos de análise para as bolsas de estudo: tipos, legislação (reformas universitárias), problemática das bolsas de estudo, benefícios destas e outras formas de ingresso ao Ensino Superior. Foram selecionados 03 artigos. Resultados: foram evidenciados o desenvolvimento das políticas voltadas ao Ensino Superior, reformas universitárias, benefícios das bolsas de estudo, como, também, a problemática do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) particulares através das bolsas de estudo. Os estudos mostraram o ProUni como o principal Programa Governamental de inclusão de estudantes ao Ensino Superior, como, também, as implicações mercantilistas da educação superior. Conclusões: a pesquisa mostrou que ainda há muito a ser estudado sobre a inserção dos estudantes no Ensino Superior através das bolsas de estudo, uma vez que poucos artigos abordaram essa temática, que se torna essencial para debatermos e confrontarmos as políticas de caráter mercantilista e de investimento no setor privado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação superior. Educação em enfermagem. Programas governamentais. Bolsas de estudo.

ACCESS TO GRADUATE NURSING SCHOLARSHIPS THROUGH: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: The higher education is not yet open to all segments of society. The federal government has sought ways to include new sections of the population in this type of education, aiming to reduce social inequalities. Objective: to know the scientific literature on the integration of students in universities through scholarships. Method: this is a study of integrative review gated period between 2005 and 2012 in Portuguese and English, using the following descriptors: education, higher education, nursing education, government programs and scholarships. We used analysis axes for scholarships: types of Scholarships, Law (University Reforms), issue of scholarships, benefits of scholarships and other forms of entry to Higher Education 03 articles were selected. Results: the study showed the development of policies aimed at higher education, university reforms, benefits of scholarships, as well as the problem of access to private HEIs through scholarships. Studies have shown ProUni as the main Government Program for inclusion of students to higher education, but also the implications mercantilists of higher education. Conclusions: the study showed that there is still much to be studied about the inclusion of students in higher education through scholarships, since few studies have addressed this issue it becomes essential to discuss and confront character mercantilist policies and investment in the private sector.

Keywords: Education. Higher education. Nursing education. Government programs. Fellowships and Scholarships.

catussaba
REVISTA CIENTÍFICA DA ESCOLA DA SAÚDE
Universidade Potiguar

1. INTRODUÇÃO

A universidade encontra-se no ápice de todas as instituições educativas, exercendo um papel fundamental na formação da elite intelectual de uma nação. Proporcionando ensino, pesquisa e extensão para que, desse modo, possa modernizar e influenciar o meio em que está inserida, ou seja, a sociedade.

Neste sentindo, a educação superior é uma instituição social, estável e duradoura, arquitetada a partir de normas e valores da sociedade. Além disso, destina-se, enquanto integradora de um sistema, a qualificar profissionalmente e promover o desenvolvimento político, econômico, social e cultural[1].

Apesar de ser fundamental ao crescimento de uma sociedade, o Ensino Superior, no Brasil, comparado com outros países, teve um início demorado. Em outrora, para que os estudantes da elite colonial pudessem se graduar, deveriam se deslocar até a metrópole[2]. No Brasil Colônia, o ensino formal era a cargo dos jesuítas, os quais eram responsáveis pela educação dos filhos da classe dominante, nos colégios reais, preparando-os, por meio dos estudos menores, a fim de poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal[2].

Há de se considerar que as mudanças significantes na estrutura do Ensino Superior, com sucessivas ondas de reformulação dos sistemas, acarretaram a ampliação do acesso a esse nível de educação, decorrente, entre outras razões, do aumento no número de universidades e faculdades, comparado ao que era em suas origens[3].

Apesar de um maior número de pessoas terem esse acesso, essa massificação da matrícula não implica uma relação causal vinculada à democratização ao Ensino Superior. A ampliação desse nível educacional, em termos de quantidade de instituições, proliferação de títulos, e, até mesmo, de aumento absoluto da matrícula, não representa uma democratização nos sistemas educacionais, sobretudo se nos referimos ao perfil desses universitários[3].

Concomitantemente, com a ampliação da quantidade de IES, houve o aumento no número dos estudantes e diversificação do seu perfil. Nesse sentido, nos últimos anos, a população universitária vem possuindo características heterogêneas, como: classe social, gênero, objetivos, expectativas, trajetória acadêmica anterior, faixa etária, situação de trabalho e opção pelo turno, dentre outras[4].

A informação supracitada está bem relacionada às políticas de inclusão no Ensino Superior, que pretendem ampliar e facilitar o acesso às instituições de ensino superior, abran-

gendo as camadas populacionais desfavorecidas. Nesse contexto, é que se inserem as bolsas de estudo.

O ingresso no Ensino Superior através das bolsas de estudo é uma das formas que o sistema político educacional brasileiro tem encontrado para poder incluir jovens e adultos de baixa renda em instituições de ensino superior. Contudo, apesar dos benefícios, podem-se notar algumas lacunas existentes nesse sistema, pois, ao mesmo tempo em que o Governo Federal financia as instituições de ensino privado, beneficiando milhares de jovens e adultos ao ingresso no Ensino Superior, há uma grande expansão de instituições, de cursos e de oferta de vagas sem processos avaliativos referentes à qualidade do ensino e ao perfil destes estudantes.

Essa questão motivou os autores deste trabalho a realizá-lo. É necessário e importante refletir sobre a problemática da oferta das bolsas de estudo no Ensino Superior, tendo em vista que vem aumentando, também, a oferta de vagas nas IES privadas nessas condições.

Dentro desse contexto, a pesquisa tem como objetivo conhecer a produção científica sobre a inserção dos estudantes nas universidades através de bolsas de estudo, que poderá nortear futuras pesquisas, no que se refere às bolsas de estudo, como, também, subsidiar o trabalho da universidade frente aos ingressantes e novos profissionais que estão sendo formados e lançados no mercado de trabalho.

2. MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão integrativa de literatura, que é um método que proporciona o resumo de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. É considerada uma estratégia utilizada para identificar as evidências existentes, fundamentando a prática de saúde nas diferentes especialidades[5].

Adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: o primeiro momento consistiu na formulação da questão e dos objetivos da revisão, o segundo momento no estabelecimento dos critérios para seleção dos artigos, o terceiro momento na categorização dos estudos, o quarto momento na avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa e, por fim, a análise dos dados e apresentação dos resultados.

Como questão norteadora, adotou-se: quais são os textos publicados em bases de dados científicas que abordam o acesso ao Ensino Superior através das bolsas de estudo?

Para a seleção dos artigos, foram utilizadas três bases de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem on-line) e IBECS (Integrad Building Environmental Communications System). Os critérios de inclusão definidos foram artigos de periódicos publicados em português e inglês, sendo utilizados descritores com resumos disponíveis em base de dados selecionada, no período compreendido entre 2005 e 2012.

Foram consultados os manuais do Ministério da Educação do Brasil, leis pertinentes ao sistema educacional brasileiro e livros que abordavam o assunto, compondo o referencial teórico do estudo.

Para a análise e posterior síntese dos artigos que atenderam aos critérios de inclusão, foi construído um quadro sinóptico, que contemplou os seguintes aspectos: ano de publicação, idioma, base de dados, periódico onde foi publicado, descritor, título do estudo, país do estudo, autores, descrição dos estudos e as características das bolsas de estudo.

Em uma primeira etapa, foram usados para o levantamento dos artigos os seguintes descritores de assunto: educação, educação superior, educação em enfermagem, programas governamentais e bolsas de estudo.

Na busca realizada apenas com os descritores, encontrou-se um número muito grande de artigos. No descritor educação, foram encontrados 1.184 textos completos de assunto principal, destes, 812 em português e inglês; educação superior, foram encontrados 1.274 textos completos de assunto principal, destes, 339 em português e inglês; educação em enfermagem, foram encontrados 1.602 textos completos de assunto principal, destes, 1.431 em português e inglês; programas governamentais, foram encontrados 299 textos completos de assunto principal, destes, 275 em português e inglês, e em bolsas de estudo foram encontrados 235 textos completos de assunto principal, destes, 201 em português e inglês, que não eram pertinentes ao objetivo do estudo.

Após a eliminação de duplicidades e leitura dos artigos na íntegra, foi possível selecionar o total de 03 artigos que abordavam o tema e continham respostas à questão formulada.

3. RESULTADOS

Nesse ínterim, os resultados foram apresentados e discutidos de acordo com dois eixos: Educação Superior e Bolsa Universitária.

3.1. EDUCAÇÃO SUPERIOR

Quadro 1 - Distribuição dos artigos, segundo o ano de publicação, a base de dados, o idioma e o país da pesquisa – Brasil – 2005 a 2012

NÚMERO	ANO DA PUBLICAÇÃO	BASE DE DADOS	IDIOMA	PAÍS QUE REALIZOU APESQUISA
01	2006	Lilacs	Português	Brasil
02	2008	Lilacs	Português	Brasil
03	2011	Lilacs	Português	Brasil

Fonte: Originada da pesquisa em 2012.

O Quadro 1 mostra que a distribuição dos 03 artigos utilizados na pesquisa, selecionados de acordo com o ano de publicação, é: 01 (33,33%) artigo publicado em 2006; 01 (33,33%) em 2008 e 01 (33,33%) em 2011.

Com relação ao idioma, os 03 artigos que serviram de base para esta pesquisa foram publicados em Português e na mesma base de dados, que foi a LILACS. Todos os artigos foram publicados em periódicos brasileiros, com pesquisas realizadas somente no Brasil. Observou-se, na pesquisa, que grande parte dos estudos procurou mostrar questões relacionadas às novas propostas pedagógicas na graduação em enfermagem no Brasil, perfil dos estudantes de enfermagem e concepções dos estudantes pertinentes ao ensino da enfermagem.

A distribuição dos autores e periódicos com obras sobre bolsas de estudo publicadas no período de 2005 a 2012 é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 - Distribuição dos artigos selecionados segundo os periódicos em que foram publicados – Brasil - 2005 a 2012

Nº	AUTORES	PERIÓDICO
01	BAPTISTA SS, BARREIRA, IA.	Revista Brasileira de enfermagem
02	RODRIGUES RM, ALDEIRA S.	Revista Brasileira de enfermagem
03	SARAIVA LAS, NUNES AS.	Revista de Administração Pública

Fonte: Originada da pesquisa em 2012.

O Quadro 2 mostra que, dos 03 periódicos que apresentaram obras sobre bolsas de estudo, 02 (66,66%) foram publicados na Revista Brasileira de enfermagem e 01 (33,33%) na Revista de Administração Pública. O Quadro 3 descreve os estudos sobre bolsas de estudo.

Quadro 3 - Descrição dos estudos sobre bolsas de estudo

Nº	DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS
01	Discute as inter-relações entre a Associação Brasileira de Enfermagem e os cursos superiores de enfermagem na sociedade brasileira, como, também, propostas governamentais direcionadas à educação superior no Brasil.
02	Expõe dado sobre a educação superior, analisando o contexto nacional, como, também, aborda as políticas no Ensino Superior no Governo Lula (início-término).
03	Analisa a efetividade de programas sociais de acesso à educação superior, a partir da ótica de seus beneficiários e traz concepções sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Fonte: Originada da pesquisa em 2012.

3.2. BOLSA UNIVERSITÁRIA

As bolsas universitárias estão apresentadas no Quadro 4, distribuídas em cinco categorias: tipos de bolsas de estudo, legislação (reformas universitárias), problemática das bolsas de estudo, benefícios das bolsas de estudo e outras formas de ingresso ao Ensino Superior.

Quadro 4 - Bolsa universitária de acordo com a categoria de análise. Brasil 2005 a 2012

CATEGORIA	BOLSA UNIVERSITÁRIA
Tipos de Bolsas de Estudo	O PROUNI (Lei n.3.582/2004) é um projeto que prevê o aproveitamento de parte das vagas ociosas das instituições de Ensino Superior privadas para o novo Programa, por meio de bolsas de estudo integrais, a serem concedidas a estudantes considerados pobres, que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas, e a professores da rede pública de ensino fundamental, sem diploma de nível superior, possibilitando, assim, a elevação da taxa de matrícula para esse nível de ensino.
Legislação (Reformas Universitárias)	- A Lei 5540 de 1968 estabeleceu uma Reforma Universitária em que o Ensino Superior seria ministrado em universidades, aliando o ensino à pesquisa; - A Lei n. 3.672/2004, em que as universidades federais deveriam reservar vagas para alunos provenientes de escola pública e para autodeclarados negros e indígenas; - A Lei n. 10.861 de abril de 2004, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior aprovado; - A Lei de Diretrizes e Bases (LBD/1996), que propiciou a expansão do Ensino Superior privado, ao conferir às IES maior autonomia na definição dos seus currículos, amoldando-se às demandas sociais.
Problemática	- Mascara a necessidade de investimentos maciços em educação pública e de qualidade; - Favorece as IES particulares, por meio da redução da carga tributária com abatimentos de alguns impostos e, para os estudantes; - Estímulo à proliferação das instituições de Ensino Superior particulares; - Falta de investimento em questões relevantes, como a formação de professores, a qualidade do ensino e, sobretudo, a política de oferta de vagas pelo Estado; - Retração da esfera pública e expansão da privada; - As dificuldades na democratização da educação superior não estão na ausência de vagas para o ingresso no sistema, mas na escassez de vagas públicas e gratuitas; - dificuldade do estudante em permanecer na instituição por suas dificuldades financeiras, ou porque adentrou em cursos de pouca qualidade, o que o desestimula a permanecer no sistema.

Benefícios	- Acesso à educação superior; - Na ótica dos beneficiários, significa: mudança de vida, perspectiva de mercado de trabalho promissor, qualificação profissional; - Na ótica das IES privadas, significa: diminuição do alto grau de desistência e inadimplência dos estudantes.
Outras formas de ingresso ao Ensino Superior	- Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES): financiamento de vagas em instituições privadas, mediante o pacto do aluno de pagar o empréstimo, depois de formado.

Fonte: Originada da pesquisa.

4. DISCUSSÕES

O estudo realizado evidenciou que os artigos em análise apontaram o desenvolvimento das políticas voltadas ao Ensino Superior, reformas universitárias, benefícios das bolsas de estudo, como, também, a problemática do acesso às IES particulares através das bolsas de estudo.

As instituições de Ensino Superior do Brasil surgem em períodos agitados e são, essencialmente, frutos do agregado de institutos isolados ou de faculdades específicas, acontecimento que contribuiu para uma característica fragmentada e frágil[6].

Somente em 1920, foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro. Ela reunia, administrativamente, faculdades profissionais que já existiam, contudo, não ofereciam alternativa do que o sistema oferecia: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades[2].

Até 1930, o Brasil possuía, no seu sistema de Ensino Superior, duas universidades já criadas: a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de Minas Gerais, elas não eram institucionalizadas. A primeira universidade brasileira a ser, verdadeiramente, institucionalizada foi a Universidade de São Paulo, fundada em 1934, unindo faculdades independentes já existentes[7].

A ampliação do Ensino Superior, no Brasil, até 1994, foi caracterizada por qualidade insuficiente, consequência de um processo de crescimento desprovido de análises das instituições e cursos. A particularidade do Ensino Superior, nesse período, era de caráter elitista do setor público, que limitava o número de vagas oferecidas no período noturno. Desse modo, o cidadão que trabalhasse, em sua grande parte integrante da população de menor renda, teria a possiblidade de acesso somente às instituições privadas, com qualidade inferior[1].

A título de curiosidade, especificamente a graduação de enfermagem refletiu, em 2003, o crescimento da privatização do seu ensino graduado. Assim, de 1995 a 2003, em termos percentuais, o crescimento dos cursos privados de Enfermagem foi de 125,0% (de 48 para 108 cursos), e o dos cursos públicos foi de 48,3% (de 60 para 75 cursos)[8].

O ProUni surge com o lema de justiça social, uma vez que está voltado a beneficiar estudantes carentes. Os pré-requisitos de seleção são a renda *per capita* familiar e os alunos oriundos das escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas total ou parcial[9].

Diante dessa situação, os Projetos de Reforma Universitária, ProUni e FIES, propostos pelo MEC, destinam verbas públicas à iniciativa privada, mediante a "compra" de vagas de universidades particulares, sob a alegação de abrir o acesso ao Ensino Superior a todas as camadas da população. Dessa forma, o setor privado aproveita essas oportunidades para atenderem às crescentes demandas sociais por Ensino Superior[10].

A democratização do acesso ao Ensino Superior se deu à custa do sistema privado de ensino. Mesmo assim, para permanecer nos cursos, os estudantes necessitarão, de forma cada vez mais crescente, trabalhar para se sustentar no seu processo de formação[11].

A educação superior, no contexto mercantilista, está desvalorizada e flexibilizada, o que lhe institui uma nova identidade: neoprofissional, pragmática, competitiva, submissa, como nunca vista, aos desígnios da economia e do mercado[9].

As políticas mercantilistas foram tomadas para o setor educacional no ano de 1995. Foi a partir de diretrizes estabelecidas na Reforma do Estado, que se estabeleceu a Reforma do Ensino Superior, conduzida pelo ministro da Educação, o economista Paulo Renato Souza, do Governo FHC[12].

Essa ampliação acelerada pode interferir na qualidade do ensino prestado pelas universidades e faculdades, o que poderá refletir no desempenho do profissional frente ao mercado de trabalho.

A qualidade do ensino tem sido objeto de atenção de vários segmentos sociais. É necessário advertir que alguns fatores podem interferir nessa qualidade, tais como: má-formação dos professores e sua baixa remuneração; o abandono das escolas e a obsolescência das políticas públicas e dos métodos e procedimentos pedagógicos[13].

Em estudos internacionais, há relatos de uma diversificação do perfil de estudantes, no que diz respeito aos aspectos: socioeconômico e cultural, faixa etária, história acadêmica anterior, habilidades básicas e perspectivas iniciais diante do curso[14].

O ensino acadêmico se mostra "massificado", isto é, uma vez que se abre a classes sociais mais heterogêneas, as instituições de Ensino Superior tentam atender a todos da mesma forma, utilizando as mesmas instalações, os mesmos cursos e propostas curriculares[14].

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, propõe que os profissionais egressos, a partir das demandas do mercado de trabalho, possam vir a serem críticos, reflexivos, dinâmicos e aptos a aprender a aprender[15]. Ela tem por fundamento o processo de educação superior através do desenvolvimento de competências e habilidades; do aprimoramento cultural, técnico e científico do cidadão; da flexibilização dos currículos; da implementação de projetos pedagógicos inovadores, em uma perspectiva de mudança para a formação profissional[15].

As universidades necessitam se adequar a um novo público, o qual vem crescendo de maneira desordenada e rápida. No Brasil, há algumas experiências de reformulação curricular nas graduações em enfermagem[16], as quais aconteceram, principalmente, em universida-

des públicas, tanto federais quanto estaduais. E o estudo evidenciou que a maioria dos projetos pedagógicos foi construída através da coletividade, mesmo assim, houve dificuldades na inserção efetiva dos docentes[16].

Nesse sentido, surgem novos olhares e possibilidades de compreensão do que significa educar o homem, havendo a necessidade de se investir em práticas educacionais que tenham, na participação crítico-reflexiva, um pilar fundamental, englobando os diferentes campos da ciência, desiguais contextos geopolíticos e múltiplas realidades sociais[17].

A educação, dentro de uma sociedade, manifesta-se como um instrumento de manutenção ou transformação social, portanto, necessita de pressupostos e conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos[18]. Ela é um processo fundamental para a conscientização do homem. Assim, o desenvolvimento dessa consciência, por sua vez, depende do mergulho na sua própria realidade, impõe o comprometimento com a sua circunstância[19].

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados da pesquisa apontaram que as bolsas de estudo foram um assunto pouco explorado na literatura científica entre os anos de 2005 a 2012. Dentro desse período, apenas três artigos que abordavam o tema bolsas de estudo foram publicados, respectivamente em 2006, 2008 e 2011.

No total de 03 artigos utilizados nesta pesquisa, todos relataram sobre o acesso ao Ensino Superior através do programa governamental ProUni, como, também, seus aspectos político-sociais; 01 artigo abordou a ótica dos beneficiários em relação ao ProUni, e os outros 02 abordaram propostas pedagógicas e a expansão dos cursos superiores de enfermagem no Brasil, através de políticas voltadas ao incentivo da educação superior.

Múltiplos aspectos pertinentes ao acesso dos estudantes ao Ensino Superior através das bolsas de estudo foram observados na pesquisa. Dentre eles, na concepção do beneficiário, o acesso a uma IES significa: mudança de vida, solução parcial frente à desigualdade social, perspectiva de um mercado de trabalho promissor e maior qualificação profissional. Na visão do governo, as bolsas de estudo pretendem diminuir as desigualdades sociais, reduzir defasagem de oferta em universidades públicas, aumentar o número de brasileiros no nível superior. Para as IES privadas, há a redução da carga tributária por meio do abatimento de impostos e lucro líquido.

São inquestionáveis os benefícios que a parceria entre o Estado e as IES privadas garante à sociedade, pois grande parte dos ingressantes, hoje, nos cursos superiores, conseguiu realizar um sonho que, por muito tempo, foi silenciado pela ausência de oportunidade. No que diz respeito das repercussões das bolsas de estudo na vida dos estudantes, este trabalho apresentou limitações, por motivo da característica do estudo de revisão.

Para tanto, há necessidade de realização de estudos que ampliem o entendimento dos desdobramentos do acesso ao Ensino Superior, tais como: a qualidade da formação, as perspectivas de mercado de trabalho e a empregabilidade.

6. REFERÊNCIAS

1. Colossi N, Consentino A, Queiroz EG. Mudanças no contexto do Ensino Superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo. Revista da FAE, Curitiba, 2001; jan./abr.; 4(1):49-58. [acesso em 22 maio 2013]; Disponível em: http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/mudancas_no_contexto_do_ensino.pdf.

2. Unesco. A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC, Unesco,Caracas. Porto Alegre, Nov. 2002.

3. Sverdlick I, Ferrari P, Jaimovich A. Desigualdade e inclusão no ensino superior: Um estudo comparado em cinco países da América Latina. Tradução: Ana Carla Lacerda. Série: Ensaios & Pesquisas do Laboratório de Políticas Públicas - Buenos Aires, 2005;10. [acesso em 20 de mar. 2012]; Disponível em: http://www.lpp-buenosaires.net/web/.

4. Schleich Alr, Polydoro Saj, Santos AAA. Escala de Satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do Ensino Superior. Revista Avaliação Psicológica. 2006, 5(1):11-20.

5. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein. 2010; 8(1Pt1):102-6.

6. Stallivieri L. O Sistema de Ensino Superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. In: D.R. Unión de Universidades de América Latina y El Caribe. (Org.). Educación superior em América Latina y el Caribe: Sus estudiantes hoy. México: Gisela Rodríguez Ortíz, 2007; 79-100.

7. Lucchesi, Martha Abrahão Saad. As instituições municipais de ensino superior no Estado de São Paulo. São Paulo: NUPPS/FAPESP; 2010. (Relatório de pesquisa).

8. Filho AA, Vieira ALS, Garcia ACP. Oferta das Graduações em Medicina e em Enfermagem no Brasil. Revista Brasileira de Educação Médica. 30(3):161-170; 2006.

9. Rodrigues RM, Caldeira S. Movimentos na educação superior, no ensino em saúde e na enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 2008 set-out; 61(5):629-36.

10. Baptista SS, Barreira IA. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. Revista Brasileira de Enfermagem. 2006; 59(esp.):411-6.

11. Teixeira E et al. Trajetória e tendências dos Cursos de Enfermagem no Brasil. Revista Brasileira de Enfermagem. 2006 jul./ago; 59(4): 479-87.

12. Bertolin JCG. Avaliação da educação superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia dos sistemas em tempos de mercantilização. Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior, (Campinas) [online]. 2009; 14(2):351-83.

13. Carvalho JSF. A qualidade de ensino vinculada à democratização do acesso à escola. Estudos Avançados (USP. Impresso); 2007; 21:307-10.

14. Igue EA, Bariani ICD, Milanesi PVB. Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. Psico-USF; 2008 jul./dez. 13(2):155-164.

15. Donati, L. et al. O perfil do estudante ingressante no curso de graduação em enfermagem de uma faculdade privada. Revista de enfermagem da UERJ, Rio de Janeiro, 2010 jul./set.; 18(3):446-50.

16. Backes A, Silva RPG, Rodrigues RM. Reformas Curriculares no Ensino de Graduação em Enfermagem: processos, tendências e desafios. Revista Ciência Cuidado e Saúde, 2007 Abr./Jun.; 6(2):223-230.

17. Batista N et al. O enfoque problematizador na formação de profissionais da saúde. Revista de Saúde Pública, 2005; 39(2):231-7.

18. Luckesi CC. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez; 1994; p.31.

19. Freire, P. Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro; 1980.